

Esquerda articula ação em bloco

Luis Eduardo



Os partidos de esquerda deverão atuar em bloco no plenário da Constituinte em defesa de suas teses, embora não descartem uma negociação com outros grupos liberais e de centro. A estratégia do PT, PDT, PCB e PC do B é garantir o máximo possível os avanços alcançados na Comissão de Sistematização, principalmente em relação aos direitos sociais e à ordem econômica.

No PT, o deputado José Genoíno, vice-líder do partido na Constituinte, afirma que vão atuar enquanto partido e enquanto membros da esquerda no plenário. Além dessa postura, o PT, segundo Genoíno, pretende atacar o "Centrão deixando não explícito para a opinião pública as posições do grupo conservador, principalmente em relação aos direitos sociais e à ordem econômica.

Assim, de acordo com o deputado petista, mesmo sabendo que não terá condições de ver sua emenda aprovada, o PT vai marcar posição e defender "sua proposta mais avançada". Para o parlamentar quando não for possível conseguir avanços em relação ao projeto aprovado na Comissão de Sistematização, o seu partido vai procurar o máximo possível garantir as conquistas do atual texto. O PT deverá apresentar 64 emendas ao projeto, abrangendo apenas artigos, incisos e alíneas.

Articulação

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, garante que a idéia do seu partido é articular com os progressistas podendo até conversar com os grupos dos 32 e do "Entendimento" e do "Centrão", à exceção da sua cúpula, que classifica como sendo de extrema direita. Lima também quer preservar o que já está no projeto da Sistematização quando não for possível obter maiores avanços.

Fernando Santana, vice-líder do PCB, diz que para que se possa progredir mais, será necessário a esquerda fazer alianças, com os setores liberais da Constituinte, que estão no grupo dos 32 e do "Entendimento". O deputado afirma que o seu partido terá que ter uma atuação consequente com as suas posições como garantir a preservação da empresa nacional e do uso do solo mineral em benefício do País. Quando não for possível isso, o PCB terá que deixar claro para a opinião pública a "atuação entreguista" de grupos conservadores na Constituinte.

"Indiscutivelmente ninguém tem 280 votos na Constituinte e isso demonstra que os liberais poderão contribuir para os avanços e não retrocessos", diz o deputado Amaury Muller, vice-líder do PDT. Além de uma atuação em conjunto com outras forças de esquerda na Constituinte, o PDT pretende também entrar em entendimento com os setores liberais e "evitar o pior". O parlamentar lembra o caso da reforma agrária, onde houve um acordo na Comissão de Sistematização e "assim se evitou que o texto ficasse pior do que o que foi aprovado".

Pontos que não são negociáveis

Apesar da disposição de negociar, a esquerda considera que há questões no projeto em que não será possível chegar a um acordo, nem mesmo com os liberais, se não for para garantir pelo menos o que já está no projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. A seguir alguns pontos em que a esquerda não negocia: — Proibição contra demissão imotivada; — anistia para os militares cassados; — pagamento em dobro da hora extra; — licença para gestante por 120 dias; — jornada de 44 horas no mínimo; — mandato de 4 anos para o presidente Sarney; — proteção à empresa nacional; — exploração do solo brasileiro por empresa nacional; — nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo; — contra a previsão de qualquer tipo de censura na nova carta; — garantias aos direitos e liberdades individuais.



Genoíno, Lima e Santana admitem que serão necessárias alianças para que a Carta seja mais progressista

Centrão divulga seu projeto amanhã

O Centrão concluiu on'tem, a elaboração de 11 emendas coletivas substitutivas a capítulos e títulos do projeto de Constituição. O projeto sugerido pelo grupo começou a ser impresso desde ontem mesmo para ser distribuído a partir de amanhã. Durante este fim de semana, o grupo coleta as 280 assinaturas necessárias para sua aprovação.

A coleta de assinaturas dos parlamentares que apoiam o Centrão está sendo feita em seus próprios estados de origem, com exceção do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que possuem dois coordenadores, em virtude do grande número de parlamentares. O trabalho nos demais estados está sendo orientado por um só coordenador.

Alguns estados já conseguiram a assinatura de seus parlamentares. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) diz que praticamente todos goianos do Centrão, já aderiram, o mesmo ocorrendo com os parlamentares gaúchos e os maranhenses.

Indagado se as emendas alcançariam as 280 assinaturas exigidas, Daso garantia, embora sem muita convicção, que sim. "Se conseguirmos as 280 assinaturas, devemos nos dar por satisfeitos e lamber os beijos" — brincou Daso.

Segundo ele, todos os títulos e capítulos sofreram alguma modificação por menor que seja. Em alguns artigos, as mudanças restringiram-se a apenas duas palavras.

O Centrão teve ainda deferido o pedido feito à Diretoria Legislativa da Câmara, de utilizar permanentemente uma sala do Congresso. Foi destinado ao grupo o local onde a antiga comissão de Minas e Energia se reunia no anexo II. Ali, ficarão diariamente os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Basílio Vilani (PMDB-PR), além de Daso, para manter a interligação entre os demais membros do grupo.

Ao longo da semana passada, o Centrão, representado pelo relator do grupo, deputado José Lima (PFL-CE), e visando entendimento nos pontos polêmicos do projeto constitucional, manteve encontros com integrantes do Grupo dos 32 e do Centrinho.